

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.653.787 - MS (2017/0030189-1)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
ADVOGADO : ADRIANA DE OLIVEIRA ROCHA - MS005478
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : OSMAR BENTO
ADVOGADO : CARLOS FERNANDO DE SOUZA - MS002118
AGRAVADO : OSMAR BENTO
ADVOGADO : CARLOS FERNANDO DE SOUZA - MS002118
INTERES. : UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO APRECIADO ANTERIORMENTE. RECURSO PREJUDICADO.

DECISÃO

O Ministério Público Federal, em 23/7/2018, protocola o agravo interno de fls. 636-651 e-STJ, interpondo contra decisão assim ementada (fl. 552 e-STJ):

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. MPF. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ARTS. 458, II, E 535 DO CPC/1973. VÍCIOS INEXISTENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

Em suas razões, sustenta afronta aos arts. 458, II, e 535 do CPC/1973.

É o relatório. Decido.

O presente agravo interno interposto contra a decisão de fls. 552-556 e-STJ está prejudicado, uma vez que já apreciado na decisão de fl. 610 e-STJ, quando então foi lhe dado provimento para tornar sem efeitos a decisão agravada.

Isso porque a presente petição é idêntica à que consta a fls. 566-581 e-STJ, então interposta em 7/5/2018, e que, como assinalado, foi julgada na decisão de fl. 610 e-STJ, publicada em 29/6/2018, quando tornou sem efeitos as decisões de fls. 550-551 e 552-556 e-STJ, determinando a remessa dos autos ao MPF para manifestação, havendo posterior prolação de nova decisão.

Ante o exposto, julgo prejudicado o presente agravo interno.

Publique-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator